

BRANCAGLIONE'S PROJECT

REFLEXões 2018
VOL.1

MARCUS BRANCAGLIONE

BRANCAGLIONE'S PROJECT


Reflexões 2018

VOL.1

Marcus Brancaglione

© 2020 Marcus Brancaglione.

Este trabalho e todo *seu conteúdo está licenciado sob a Licença*

 **RobinRight**.

Para ver uma cópia desta licença, visite
<https://www.recivitas.org/licenca-robinright>

Autor: Marcus Brancaglione

Organização: Bruna Augusto
Assistente: Tamirez Fernandes

1° edição
São Paulo
ReCivitas books
2020

Aos meus filhos

Artigos de Dezembro à Setembro de 2018

Trabalho e Propriedade: Do Programa Mais Médicos à crise da ordem geopolítica mundial

Pós-Modernidade? Não, a pré-história de uma Nova Era

“Alô, Alô marciano, a coisa tá ficando russa...”

Acabou as (des)eleições, um escrito inacabado...

O Princípio Federativo e a preservação da cultura e diversidade

Governo Bolsonaro: Renda Básica para idosos?

A nova direita, a dissonância Cognitiva e seus estrategistas militares

Explicando o inexplicável para Roger Waters: “O que está acontecendo?”

O fator D: O denominador comum do Mal

Deseleições 2018: Quem vai contar para a esquerda? Inês é morta

Racismo: credos e cultos de raça, gene e seus mitos nacionais e religiosos

Do estado de negação da realidade sua produção e exploração

Por que as Igrejas apoiam os líderes políticos messiânicos? E o Estado a cultura do messianismo?

Crypto UBI: Renda Básica e Criptografia

EUA, Rússia na Síria: A guerra por mentes e corações em uma outra escala

A fachada em Bolsonaro, a Dissonância Cognitiva e Tempestade Perfeita que se aproxima

Renato Cristofi: Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Memorial e Identitário

O tesouro escondido no Museu Nacional

Este livro é um compendio de artigos publicados originalmente na plataforma do blog www.medium.com/@mbrancaglione. Os textos encontram-se brutos, sem edição. Confira os outros volumes para ter acesso a todo o material.

Trabalho e Propriedade: Do Programa Mais Médicos à crise da ordem geopolítica mundial

Uma viagem sobre a posse, produção e distribuição da saúde, sanidade e vida como bem alienável

O caso dos cubanos no Programa mais Médicos está longe de ser um evento isolado. Muito pelo contrário, é sintomático. Guardadas as devidas especificidades e proporções, como este caso em questão há n outros que trazem a tona um problema muito maior: a crise sistêmica da ordem mundial atual. Embora, esteja ciente e seja importante salientar de antemão, que os problemas do programa em questão, ou mesmo ainda mais especificamente do tratado celebrado entre os governos de Cuba-Brasil (e intermediado pela OMC), não se resumem, nem muito menos se explicam somente pela crise, aliás, Nem nem sequer esses problemas em particular, quanto mais o problema maior da saúde pública e trabalho no Brasil. Por outro lado, também não se explicam isoladamente por essas distorções, e logo nem tão se resolverão somente e exclusivamente as eliminando. Não, não vão.

Evidentemente que reconhecer a complexidade e dimensão do problema não implica em hipótese alguma defender automática (e desonestamente) a manutenção desses problemas em particular. Mas sim em entender que esta abordagem anti-corrupção, ao contrário da crença, não vão resolver o problema. Acredita-se hoje, muito por causa do desespero por soluções urgentes em medidas que sejam milagrosas. Milagres, na qualidade de eventos e fenômenos com probabilidades que tendem ao praticamente zero, ou seja exponencialmente próximos ao absolutamente impossível até acontecem, mas justamente por estas estas características fenômeno-

cosmológicas que compõe sua definição conceitual, o praticamente impossível que eventualmente acontece, esperar ou só torcer ou rezar para que eles aconteçam é de longe o menos prudente de todas os procederes comportamentais. Na verdade, como ilusão só perde para contar para o contar que eles aconteçam quando é mais fácil cair outro avião no triangulo das bermudas brasileiro, ao menos para os políticos e empresários brasileiros, do que chover o maná em nosso deserto graças a algum messias ou seus discípulos.

Absolutamente necessário é o combate a corrupção em todas de contratos e contratação desde o governamental ao empresarial, não só dentro das fronteiras jurisdicionais nacionais, mas além no âmbito das relações exteriores. No entanto esse combate não é operação milagrosa, pilula mágica, remédio de olho de cobra nem meia unguida que cura tudo, nem trabalho que trás a pessoa amada em 3 dias. Esse trabalho é tão somente a urgente e necessária assepsia das feridas abertas e nações, mas não é a cura nem muito menos a vacina contra seus males históricos.

O combate a corrupção, é enquanto remédio o procedimento que busca a eliminação dos parasitas e vermes que infestam essa ferida enfraquecendo e causando mais doenças, e enquanto profilaxia os procedimentos de higienização que ajudam a manter-se limpo. Mas não é a cura da doença, nem das chagas que ela provoca, porque se levarmos a metáfora a sério, há de se considerar que está feridas e infestada já gangrenaram faz tempo, e limpar membros e órgãos já completamente mortos apenas reduz o fedor e aparência de podridão, enquanto silenciosamente a gangrena só aumenta.

Em suma estas abordagem reativa, por mais radicais invasivos que sejam as medidas e procedimentos de tratamento de choque, por mais cirúrgicas que sejam as operações e intervenções jurídicas, policiais ou

mesmo militares as chances de sucesso sem eliminar as causas socioculturais e infraestrutural dos males é ínfima, para não dizer nula na falta de fé em milagres ou ciência das incerteza mesmo sobre as probabilidades mais remotas. Assim, seja esse combate efetuado somente na superficialidade da epiderme do tecido social contra os menores oportunistas instalados nas extremidades mais periféricas do corpo da nação. Ou ainda, seja este combate efetuado no mais profundo e abrangente centro nervoso e intestinos do poder, contra os grandes e poderosos parasitas do fisiologismo, que diga-se de passagem não infestam mais só o aparelho excretor por onde entraram, mas os órgãos vitais de todo o aparelho estatal hospedeiro, incluso a cabeça para onde migraram e se instalaram faz tempo, afetando as funções mais básicas de muitos órgãos e processos fundamentais a sua sobrevivência, como por exemplo, o julgamento. Isso sem falar no fato que é difícil (para não dizer o erro fatal) contar com a reação e cooperação do sistema imunológico, quando a doença não só o debilitou, mas por sua natureza contaminou grande parte das próprias células de defesa, fazendo-as trabalhar para sustentar os parasitas e não para proteger o corpo. Assim seja, portanto, um combate que se volte apenas para as feridas em erupção do tecido social; ou um combate dentro das entranhas do próprio aparelho estatal; ou mesmo ambos, um combate nestes dois frentes simultâneos; essa guerra contra a corrupção, e seus efeitos colaterais (para não dizer crimes correlacionados) como tráfico de drogas e crime organizado, é uma guerra que mesmo quando vencida não entrega jamais a solução que promete.

Mesmo quando bem sucedidas ou mesmo coordenadas entre si essas guerras, contra corrupção, drogas, terrorismo, crime organizado não são procedimentos capazes de sanar os problemas que se propõe a resolver. Isto porque não atua nas causas sistêmicas, mas nos efeitos diretos e colaterais, ou sintomas. Não curam. Não imunizam. E nem sequer higienizam, não sanam nem os ambientes domésticos onde essa doença e

parasitas surgem e proliferam, que dirá os exterior que seus procedimentos mal tem acesso quanto mais controle ou jurisdição.

Limpar e fechar as úlceras e feridas, amputar as partes podres, e principalmente eliminar os vermes e parasitas dos órgãos vitais para que o organismo se restabeleça, supondo é claro que esse organismo que já não esteja morto, ou que ele não seja nada mais do que isso, um vetor para a doença é, repito, imprescritível, mas sendo realista, como solução exclusiva e isolada não resolve. No final das contas, é como costurar um soldado que vai voltar para a linha de frente de um campo de batalha, como espada e garrunha, contra tanques. Ou curar a bicheira de uma criança que vai voltar para sua casa insalubre para passar frio e fome. Uma causa perdida e luta inglória dele e do médico, porque sabemos que o doente tratado com tanto esforço dedicação sacrifício e as vezes até mesmo risco deste médico para salvar sua vida, e tanta luta desesperada do própria pessoa para sobreviver como puder apenas está voltando para sofrer e morrer do mesmo mal.

Logo quando falamos da eliminação dos vermes e parasitas, não estamos jamais falando de pessoas, porque isso seria como combater doença epidêmicas como genocida fanático e higienista, eliminando os doentes e não a doença ou suas causas . Rigorosamente eliminando da sua vista o que de fato lhe causa aflição, a visão dos miseráveis e doentes e não o sofrimento deles ou a doença nem em sua matriz nem em vetores. Até mesmo porque isto seria uma contradição impossível de atuação, mentalidade e interesses, dado, como veremos, que ele como ator social ou institucional é também vetor, e seus interesses incluso as aflições são também parte da matriz desse problema, no qual a mentalidade é um dos fatores determinantes, ou em outras palavras uma das principais causas desse mal.

Ou seja, dentro dessa analogia fisiológica, o combate a corrupção e eliminação dos seus agentes, mesmo quando devidamente entendida não como caça a pessoas, mas ao comportamento e condições não é capaz de corresponder as demandas e expectativas que tenta atender. Pois esse combate não se resume na eliminação de determinada atuação ou mesmo posição de atuação, nem muito menos na atualização ou correção de adoção de medidas e procedimentos preventivos que corrijam suas falhas. Não, a resolução do problemas não bastam medidas e ações de combate a ordem conjuntural, porque suas causas são de ordem estrutural que envolvem muito mais a omissão do que a falta de reação. De tal modo que não basta a derrubada de velhas estruturas viciadas, insalubres e corrompidas, nem muito menos a limpeza de estruturas condenadas, mas preciso é a edificação das estruturas não só institucionais, mas antes socioculturais básicas que sempre faltaram não só para evitar a infestação desses males, mas para garantir e proteger o bem comum. Não se engane, nossas estruturas tem apenas nome e fachada, são instituições que não foram edificadas com a finalidade que consta da sua razão social, nem são feitas senão a imagem e semelhança dos próprios aparelhos públicos estatais de concreto, verdadeiros elefantes brancos como um hospitais que só existem papel, no nome na porta, sem aparelhos, instrumentos, medicamentos, nem médicos. Uma peça de fantasia e ficção celebrada como realização em pomposas inaugurações, mas que na prática, ou seja de fato não passam de fantasmas cuja única finalidade verdadeira é dar razão a entrada e saída de operações contábeis de pilhagem legalizada, ou *pero no mucho* do erário.

Levando em conta essa característica inerente muita gente defende o Estado Mínimo por ser menos custoso aos contribuintes, nesta linha melhor então seria então logo suas autoridades assumirem e nós nos conformarmos com o caráter e proposito do Estado de transferência de renda e administração e proteção de bens das classes políticas e econômicas a quem ele privilegia e cobrar essa proteção mafiosa sem

necessidade de gastar tanto dinheiro tentando fingir que acreditam que existam qualquer interesse que não o particular e que prestam algum serviço público e social. Poderiam cobrar menos e pilhar mais se se concentrassem apenas no que realmente lhe interessa e funciona a cobrança e coleta de impostos e punição de quem ouse não pagá-lo. O Estado mínimo policial ou mafioso, a gosto do freguês paladar que terá que engolir o que na prática é a mesma coisa, pois no final das conta estará pagando apenas para não ter mais de um ladrão a cobrar-lhe pedágio para viver, ou o que é a mesma coisa, o manutenção da pacificação via monopólio de da violência de uma corporação, em vez da guerra pelo controle do território entre várias facções ou projetos de ordem violenta rivais. Abandonamos de vez, o sonho dos direitos e igualdade e justiça e assumimos o ponto de vista clássico aristocrático: Onde manda quem pode, obedece quem tem juízo. Ou seja, nos conformamos que uns nasceram para servir outros para mandar e pisar no pescoço de quem e enquanto puderem, e essa é a natureza da legitimidade de fato de todo e qualquer poder, seus cultos e organizações sociais e estatais. Enfim, nos conformamos como fazem os minarquistas que desse mal não podemos escapar porque não temos meios nem forças nem capacidade para tanto, e portanto, nos focamos apenas em reduzir os danos, convivendo com um mal com o qual não temos como nos curar porque a quem tem o poder e conhecimento para eliminá-lo não interessa fazê-lo, e a quem interessa se ver livre dele, não tem o poder e conhecimento para conseguir fazê-lo.

Evidentemente que não é assim que se processa nem a cura. Mas também nem sequer a doença. Tal conformação não interessa nem mesmo aqueles que ganham com a perpetuação desses males. Vender o sonho e a esperança da sua cura, ainda que ela não exista, não sem abandonar esse paradigma, é fundamental para perpetuá-lo até onde mais cada célula contaminada continue trabalhando na esperança de um dia enfim se ver livre desse mal. Conformer-se sem contudo perder completamente as

esperanças, isto é, continuar lutando para viver mesmo que conformado que viverá com um parasita até a morte provavelmente causada por este é essencial para a sobrevivência do parasita que por definição não só vive as custas do hospedeiro, mas não sobrevive sem ele. Por isso que em geral os lemas de independência se resumem a “independência ou morte”.

Qualquer outra disposição do doente para tratar desse mal, é apenas uma forma ou estratégia tanto de preservá-lo quanto perpetuá-lo até o limite do interesse do parasita em abandoná-lo, o que só ocorre quando ele tem meios e condições de migrar para outro ambientes favorável para organismos hospedeiros.

O problema portanto é que estamos a pensar no mal como uma doença causada organismos oportunista e parasitários que infestam um corpo. Quando o próprio corpo como um todo, talvez seja o própria organismo parasitário, que sim padece dos males que causa ao hospedeiro, mas que ao contrário do doente não pode corrigir-se ou se livrar do mal, porque basicamente é a doença. Em suma, quando investigamos o problema mais a fundo, em busca de soluções, não podemos ignorar a hipótese que o organismo que estamos tentando salvar não só já tenha se corrompido completamente e entrado em falência irreversível, mas que em verdade, este organismo que rigorosamente não é senão um corpo artificial, nunca foi responsável pela saúde do organismo nem do ambiente natural, mas pelo contrário quando em perfeito funcionamento é o principal responsável pelos males que afligem esses povos e nações dos quais literalmente se sustenta e alimenta, e portanto a própria causa dos próprias faltas e falhas que engendram sua corrupção, decadência. O mal estaria portanto não apenas no seu DNA, mas na gene que constitui esse corpo artificial exatamente naquilo que é, de tal modo que a tão buscada cura, a solução da causa do problemas exigiria nada menos que a completa rearquiteturação dessas estruturas e padrões, mas uma vez isso feito, não só o produto final seria um novo organismo completamente distinto do primeiro, mas a inevitável extinção da antiga forma de

organização, a qual não há remédio, nem cura possível. E por uma simples e evidente razão, não existe possibilidade, porque o problema não é uma questão de possibilidades, mas de erro de abordagem e cálculo. Estamos tentando somar e multiplicar com operadores feitos para dividir e subtrair. Não estamos a tratar a doença, doentes nem suas causas. Porque aquilo que desesperadamente tentamos salvar e melhorar longe de ser a uma solução ou bem em si, se não é o mal em si, é uma das suas principais causas, mas ainda sim não a determinante.

Não. Se o fosse bastaria abandonar o falso tratamento que só perpetua a miséria do doente e o parasitismo, a redução do Estado, e bastaria cortar o mal pela raiz. Derrubar o Estado. Mas como prova a história, essa solução nunca funcionou senão como ilusão efêmera de cura, pois assim como a mera limpeza da corrupção, apenas abre espaço, para novo ciclo de infestações oportunista e parasitárias, a destruição do Estado, igualmente também só abriu espaço para a proliferação de uma nova colônia de parasitas, outra arquitetura, outra organização, mas em essência o mesmo padrão de relação doentia, parasitas-hospedeiros. Não. O mal que sempre renasce como promessa e esperança popular de remédio e salvação para matar o infectado nos últimos estágios com o mesmos pilhagem tirania e falência múltipla dos órgãos. Longe de estar na natureza oportunistas dos parasitas e seus processos, está antes na sociedade que não tem absolutamente nenhuma imunidade nem defesa contra eles. Mais do que isso, esses parasitas estão tão bem adaptados para viver as custas dos hospedeiros, e os hospedeiros tão corrompidos que se o primeiro por definição nunca conseguiu viver enquanto tal sem o segundo, este já não consegue mais sequer consegue conceber como viver sem suas chagas, sente falta de cútuca e cocá-la e reclamar delas e toma o tumor como se fosse uma parte do seu corpo, até porque jamais conheceu ou tem memória do que o viver livre dele. Por sinal, uma perda de memória e medo de conseguir sobreviver sem a doença, ou da operação que a livraria dela, fazem parte dos sintomas que dificultam

sobremaneira qualquer tratamento, já que ele sequer pode se iniciar se ninguém reconhece ou quer se livrar do mal.

Há portanto, neste mal há 3 dimensões a serem considerados e combatidas e qualquer uma delas que reste, implicará no retorno dessa doenças socioculturais epidêmicas que a humanidade convive literalmente desde que se reconhece por gente, ou pelo menos como gente por exclusão do outro, desde que se reconhece como civilização por oposição a barbárie. O combate aos parasitas político-econômicos; o desenvolvimento de imunidade e defesas socioculturais, e a neutralização das condições ambientais (naturais e sobretudo artificiais) nas quais esse mal se propaga e prolifera e sobretudo prevalece.

Considerando que tanto a imunidade quanto o seu oposto a vulnerabilidade social e cultural as superestruturas políticas e econômicas que parasitam e tiranizam a humanidade são produto da capacidade dos seres e grupos em transformar a si e ao meio simultaneamente, adaptar o mundo a si, e a si ao mundo em constante mutação nesta relação. Temos por imperativo entender não só quem somos e o mais importante o que pretendemos ser, mas que mundo em constante transformação é este, e em qual momento estamos, se num período de transformações mais lentas, ou se pelo contrário, justamente num dos pontos de salto e ruptura que caracterizam as crises e revoluções e seu nível. Pois longe das crises serem apenas políticas, econômicas, financeiras, institucionais ou mesmo culturais, as crises por vezes não estão restritas a nenhuma destes campos, mas não só cruzam suas fronteiras como rigorosamente podem ser mais profundas. Podem ser crises sistêmicas envolvendo todo esse complexo, ou ainda mais revolucionárias se o que estiver em queda e renovação não for simplesmente a lógica interna do sistema, mas a lógica a qual o sistemas responde e é composto incluso em suas compartimentalização em campos, uma crise portanto na visão e

concepção de mundo e do ser e dos sentidos existências, uma transformação de signos e valores e padrões de ordenação e organização que compõe a mentalidade e a psique coletiva. Uma mudança na psique dos indivíduos capaz de alterar não só comportamentos, ou preconceções, mas a própria estrutura e funcionamento do pensamento não só do indivíduos, mas das redes formadas por esses nexos e ligações. Uma revolução de paradigma que enseja transformações concretas não só no que concerne o desenvolvimento de imunidade contra antigas vulnerabilidades, mas antes disso e por consequências disto, de transformação da compreensão e relações que compõe o que entendemos por mundo e natureza ou ordem mundial e natural. Transformações portanto da ciência e consciência em sentido profundo como estado de espírito, ou da episteme e psique e não apenas como método de abordagem e aquisição e verificação racional e experimental do conhecimento.

Alguns autores trataram esse mal como subdesenvolvimento e elaboram como remédio o chamado desenvolvimentismo. Que como a experiência histórica demonstra enquanto remédio se constitui em veneno pior que a doença. Mas assim como a metáfora com a saúde, não deve ser descartada porque sempre haverão idiotas e idiocratas dispostos em se apropriar da metáfora para suas taras tanáticas e interesses genocidas, apontando para eliminar seres humanos como se fosse a pessoa humana o mal e não justamente a mentalidade e comportamento que não por acaso ele encarna e replica e propaga quando assim procede. Também a noção de desenvolvimento e sua falta se livres da concepção utilitaristas de progresso geral ou dos outros que por obvio não significam necessariamente o seu em particular , mas não raro o oposto, temos nesta tradição de análise do desenvolvimento senão uma solução, ao menos um bom ponto de partida.

Assim quando falamos do mal, como o padrão que se replica e perpetua para além dos os agentes e entidades, atores, cargos, órgãos, funções, dos organismos e corporações, como mentalidade usamos o termo cultura e como estado infra e supraestrutural chamamos de desenvolvimento ou melhor subdesenvolvimento. Embora o politicamente correto nos diga que a palavra subdesenvolvimento seja pejorativa, não é com base na cagação de regras que devemos escolher os termos, mas sim com suas correspondência com a realidade dos fatos ou fenômenos. De modo que em desenvolvimento, ou em construção cabe aquela obra em andamento, ainda que lenta e atrasa, e não pelo contrário, a obra que não só foi abandonada e ocupada para outros fins, mas que em verdade está ruindo enquanto continua a ser pilhada. Neste sentido a palavra subdesenvolvimento também não deixa de ser um eufemismo, mas vamos nele apenas para não perder o fio da meada do contexto histórico.

Logo, considerando a correlação entre os problemas de subdesenvolvimento de ordem nacional, tanto na esferas sociocultural e socioeconômicos quanto nas esferas infraestruturais e infra-institucionais da ordem política-jurídica e política-econômica, estão profundamente relacionados a ordem internacional. Tomarei a questão dos Mais Médicos para analisar (ou divagar) sobre um problema maior: as relações domésticas e internacionais entre o capital e trabalho ou simplesmente a ordem mundial vigente.

Para tanto, para entender a dimensão do questão, ou melhor do problema em toda a sua extensão vou tomar um outro caso como exemplo para traçar um paralelo e equacionar os fatores comuns deste processo: A construção de um navio de guerra Dinamarquês.

O documentário “The Warship’s Secret” (O Segredo do Navio de Guerra), lançado em 26 de setembro [ano passado], diz que o navio

dinamarquês de última geração Lauge Koch teria sido construído na Polônia por escravos norte-coreanos. As acusações foram justificadas por contratos, recibos e testemunhas.

O Lauge Koch, que custou à Dinamarca mais de US\$ 80 milhões (R\$ 253, 16 milhões) e será revelado em dezembro, é obra da construtora de navios Karstsensens Skibsvaerft, que terceirizou a construção para a Crist, na Polônia, que, por sua vez, recrutou um subcontratante polonês que recorreu a trabalhadores norte-coreanos pela companhia Rungrado. A empresa pública Rungrado foi penalizada pelas sanções por alegado comércio de tecnologia de mísseis.

Por enquanto, não está claro quanto dinheiro dos contribuintes dinamarqueses foi parar na Coreia do Norte.

No entanto, de acordo com dados da ONU, Pyongyang recebe até US\$ 2 bilhões (R\$ 6,3 bilhões) com seus trabalhadores estrangeiros. Desde a chegada ao poder de Kim Jong-un, o número de trabalhadores norte-coreanos no exterior tem subido, totalizando agora cerca de 100 mil.

“Trabalhadores norte-coreanos no exterior são uma importante fonte de renda, usada para desenvolver programas nuclear e de míssil da Coreia do Norte”, disse Jai-chul Choi, embaixador da Coreia do Sul na Dinamarca no documentário da DR. “Caso a verba de impostos dos contribuintes tenha sido usada para programas nuclear e de mísseis, será uma catástrofe”, acrescentou.

Alguns partidos dinamarqueses já exigiram explicações do ministro da Defesa do país, Claus Hjort Frederiksen.

“É um caso constrangedor para as autoridades polonesas, mas também é um caso constrangedor para o Ministério da Defesa dinamarquês”, disse o porta-voz do Partido Social-Liberal da Dinamarca, Martin Lidegaard.

Primeiro, as Forças Armadas do país e a construtora Karstsensens Skibsvaerft negaram o envolvimento de norte-coreanos na construção do navio. No entanto, o brigadeiro-general Anders Maerkedahl admitiu ser impossível excluir a participação dos mesmos. No documentário, vários trabalhadores poloneses confirmaram que alguns norte-coreanos teriam trabalhado na construção do navio como soldados.

“Seria completamente escandaloso caso seja verdade que trabalho escravo norte-coreano tenha sido usado em um país da UE como a Polônia. Mas eu não vejo o que pode ser feito para investigar as alegações sobre a construção do Lauge Koch agora, alguns anos depois de o navio ter sido concluído”, escreveu o ministro da Defesa dinamarquês, Claus Hjort Frederiksen, em e-mail à DR.

Segundo o documentário, os trabalhadores norte-coreanos vivem em condições próximas da escravidão, privados de seus passaportes e da liberdade de circulação, sendo vigiados constantemente e trabalhando até 20 horas por dia. Anteriormente, algumas organizações não governamentais descreveram os norte-coreanos como “escravos modernos”.

Dinamarca teria construído navio de última geração com trabalho escravo norte-coreano?

Após ter sido revelado que o novo navio da Dinamarca, Lauge Koch, foi construído com uso de trabalho escravo...

br.sputniknews.com

Antes de mais nada um parenteses com viés metodológico.

É evidente que a notícia faz parte da guerra de informação, desinformação e contra-informação na atual conjuntura de crise e escalada dos conflitos da ordem geopolítica internacional. E assim como esse episódio ganhou certa visibilidade dentro de uma determinada agenda, outros tantos casos jamais virão a tona como objetos de nenhuma investigação jornalística, jurídica ou mesmo histórica, nem por parte de um grupo de interesses nem dos outros. Porém, como este escrito não tem a pretensão (nem condição) de fazer nenhum tipo de investigação ou julgamento do episódio em si; nem é essa guerra informacional o objeto desta análise, apenas farei a consideração prévia que as dúvidas razoáveis sobre a veracidade da matéria, não inviabilizam sua utilização dentro do método que vamos utilizar. De fato, a matéria poderia ser até ser inverídica, ou poderia até mesmo utilizar uma narrativa de ficção para construir esse paralelo, desde que a trama fosse absolutamente verossímil. Por sinal, o atributo que diferencia uma boa mentira dá má ficção, o nexos da trama que permite nos dizer que mesmo não sendo absolutamente verdadeira, poderia o sê-lo. É portanto sobre essa lógica que as mentiras não só conseguem adulterar, mas precisam obedecer se quiserem atingir seu objetivo, serem críveis. Evidentemente para pessoas livres e não cegas, alienadas e imbecilizadas por credos fanáticos e fundamentalistas, ou mais precisamente, adestradas a responder reflexa e condicionalmente a argumentos de autoridade ou meros sinais e comandos ou estímulos emocionais ou ideológicos dos seus respectivos amestradores.

E aqui uma metáfora ajuda. Se portanto os sensores nem os processadores do sistema não estão avariados nem foram hackeados, se o senso comum e a razão da pessoa não foi sequestrada por esse vírus e sistema operacional não precisa de um reboot (e que bom que os bugs da programação mental

ao contrário dos computadores- não vem (ainda) com backdoors de fábrica instalados na nossa placa mãe, a mente). Logo com um bom um firewall de dúvidas e certezas razoáveis baseadas nas suas próprias percepção e noções você pode navegar por essas ambientes em redes de informação mais tóxicos, sem ser contaminado, e extraíndo os dados para formar seu raciocínios; até porque essas dúvidas e certezas não interferem na nossa capacidade de discriminar os fatos, muito pelo contrário, é esse combo que nos permitem construir essa projeção epistemológica disso que chamamos de realidade, inclusive por similaridade ou mais especificamente verosimilhança com nossas próprias percepções, noções enquanto experiência da vida.

Portanto, é assim que podemos construir esse paralelo entre os episódios do caso da relação Brasil-Cuba no programa Médicos para identificar os fatores que constituem e caracterizam essas relações internacionais tanto como parte do processo quanto produto da lógica desse sistema. E logo, como exemplos de como funciona essa ordem geopolítica internacional, que antes de ser objeto de escolhas político governamentais arbitrarias, ideológicas ou autoritárias são as resultantes dessa ordem que é antes de tudo econômica e portanto está assentada internacionalmente nos mesmos princípios ou conceitos que regem a econômica política, a saber: a divisão do capital, trabalho, para a produção da riquezas, no caso, das nações. Historicamente um jogo subsidiariamente cooperativo e essencialmente competitivo. Sendo que a palavras “jogo”, “competição” e “cooperação” estão sendo usadas aqui não como metáfora, mas dentro das suas acepções na Teoria dos Jogos, que rege a geopolítica e ao menos das grandes potenciais e sistema financeiro internacional. E palavra história como reconhecimento de como os fatos se deram e se dão, e não para racionalizar dentro da concepção determinista que os procederes não poderiam, e ainda podem, ser completamente diferentes.

Fecha parenteses.

Logo, não é uma relação específica sobre Dinamarca, a Polônia ou Coréia do Norte. Ou sobre Cuba e Brasil, mas entre nações relativamente mais ou menos desenvolvidas, mais ou menos capitalizadas, ou mais abertas ou fechadas nas duas vias, sejam por suas políticas sejam por bloqueio e sanções internacionais. Relações bi, tri, ou mesmo multilaterais entre Estados a explorar cooperativamente povos e nações inclusive as próprias populações, para competir por crescimento e riqueza. Numa relação, que se observarmos com atenção, se enquadra no que se tornou na prática após a queda da muro do muro de Berlim, os escombras da velhas divisões ou classificações geopolítica dos Estados-Nações do tempo da guerra fria, a Teoria dos Mundos: Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo.

Uma teoria que a seu tempo correspondia menos a realidade da atualidade do que hoje enquanto escombros de uma velha ordem mundial que ainda permeia as forças e potenciais em disputa pela hegemonia da nova. An passant é importante entender essa discrepância.

Quem é do tempo do mil novecentos e nunca, quando as escolas ainda tinham Educação Moral e Cívica e OSPB, (deus-me-livre-guarde) aprendeu, supostamente mais ou menos o seguinte:

*A **Teoria dos Mundos** foi uma designação dada às subdivisões do mundo por grandeza econômica entre os anos de 1945 a 1990, depois deste período as diferenças entre os mundos se combinam em vários aspectos, sendo usado atualmente países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, que também recebe críticas sobre sua abrangência.*

Segundo essa classificação, as nações desenvolvidas constituiriam o Primeiro Mundo (exemplo: a Itália, EUA). As nações do antigo bloco socialista constituiriam o Segundo Mundo (exemplo: a antiga União Soviética). As demais nações constituiriam o Terceiro Mundo (exemplo: Brasil, Etiópia, Suriname).

Com a queda da União Soviética e o fim do regime socialista na maior parte do mundo, é mais comum classificar as nações em:

Desenvolvidas: são as nações que compõem o antigo Primeiro Mundo. São ricas, industrializadas, democráticas e com alto índice de desenvolvimento humano. Exemplos: Noruega, Suécia, Dinamarca, Japão, Alemanha, Austrália, Portugal, Itália.

Emergentes: são nações ricas e industrializadas (ou exportadoras de petróleo), mas que ainda apresentam problemas sociais e econômicos. São em sua maioria democráticas, mas existem notáveis exceções, como a China. Exemplos: Argentina, Rússia, China, Índia e Brasil.

Subdesenvolvidas: são as nações pobres, com baixo desenvolvimento humano, alta dependência externa e economia primária. A maioria delas vive sob regimes não-democráticos. Exemplos: Afeganistão, Serra Leoa, Albânia, Haiti.

Segundo alguns teóricos, existiriam ainda mais dois tipos:

As nações internacionalmente reconhecidas, mas não independentes, constituiriam o Quarto Mundo(exemplos: a Palestina e o Tibete).

As fantasias nacionais [grifo meu] (como as micronações) constituiriam o Quinto Mundo. -Wikipedia

Basicamente segundo essa teoria, o primeiro mundo era formado pelos países capitalistas desenvolvidos aliados capitaneados pelos EUA. O segundo pelos países socialistas liderados antiga União Soviética. E o terceiro por países não-alinhados sub-desenvolvidos. Uma teoria notadamente furada. Pois:

(a) tanto nos blocos ditos não-alinhados havia países periféricos extraoficialmente satélites, há habitar zonas de disputas e variando sua orbita entre zona de influencia conforme os resultado das disputas entre as potenciais, não raro decididas em golpes, guerra de guerrilha ou guerras clássicas, que acabava por simplesmente destruir a nação dividindo-a em dois territórios- vide Coreia e Vietnam, com via de regra a subsequente ascensão de um regimes ditatorial fantoche mais ou menos mal disfarçado nas duas coisas.

(b) dentro dos blocos de países declaradamente alinhados tanto do capitalismo, havia países tão ou mais subdesenvolvidos quanto os do Terceiro Mundo, vide o regime de apartheid da Africa do Sul, ou a qualquer países satélite, vizinho ou literalmente incorporado pela “Mãe” Rússia na forma da União Soviética.

Logo, tirando as grandes potencias -um novo eufemismo para os antigos impérios e imperialismo que ficaram queimados em suas pretensões (enquanto nome)- depois da carnificina genocida da Segunda Guerra Mundial, fora esses velhos centro de poder, que não são tão monolíticos quanto o termo bloco sugere nem mesmo durante as guerras (vide as relação de neutralidade dos regime soviéticos e até de norte-americanos

enquanto o Eixo não bateu nas suas respectivas portas, para não falar do nosso ditador fascista até hoje de estimação, o pai dos pobres e do DOPS, Vargas); impérios, potencias e centros do mundo, e suas alianças, tratados fora[1], o que subsistia e subsiste é literalmente o resto: a periferia, ora quintal, ora lixão, ora senzala-mundi do outro mundo em geral mais ao sul do equador. O que não tem muito relação com a geografia dos polos, ou clima, exceto no esses fatores contribuem como variantes favoráveis ou adversas para a determinante dos processos de conquista, ocupação e colonização dos territórios e povos nativos: a relação de custo-benefício da sua conquista e exploração. Logo, salvo as relativas exceções que confirmam a regra, numa sobreposição histórica de mapas, vemos com facilidade a correlação entre os países que foram (e extraoficialmente nunca deixaram de ser) colônias prioritariamente de exploração mercantilista e imperial.

Claro que os países satélites subdesenvolvidos também assinam tratados com potenciais primeiro, mas levá-los minimamente a sério, especialmente quando estes entram em conflito com tratados assinados com aliados mais ricos e desenvolvidos, se provou um erro crasso. Vide o erro de cálculo do generalato argentino na guerra das Malvinas (Falklands) quanto ao posicionamento dos EUA em relação a Grã-Bretanha, entre outros. Um episódio recente de guerra na América Latina que deveria ser mais estudado, até para compreender o quão mortas ou falsas são as letras de câmbio dos tratados de paz e cooperação até mesmo durante a suposta vigência dos seus termos, principalmente quando se passa a considerar a entrada do Brasil no pré-falencial tratado da Aliança do Atlântico Norte (OTAN). Uma tradição brasileira: comprar sucata mal reciclada não só tecnológica mas ideológica do primeiro mundo. Vide nossas já à época “moderníssimas” Usinas Nucleares, e agora a versão tupiniquim tardia da aliança conservadorismo-liberalismo dos tempos de Maywater-Friedman. E ainda por cima meia-boca, porque complexo de vira-lata a parte, Bolsonaro não é a reedição pátria do pai do

conservadorismo norte-americano, nem seu “Posto Ipiranga” um Milton Friedman. Mas isso já é uma digressão. Voltemos ao fio da meada a teoria dos mundos.

Curiosamente, mas não por acaso, a fantasia da Teoria dos Mundos, não nasce a partir da visão do Primeiro, nem segundo, mas justamente do Terceiro, ou mais precisamente de uma visão utopia, de fora, ou gringo sobre eles devidamente apropriada e deturpada pela correntes concorrentes.

A origem do nome é do demógrafo francês Alfred Sauvy, que propunha a ideia de um Terceiro Mundo, inspirado na proposição do Terceiro Estado usada na Revolução Francesa. Os países membros do chamado Terceiro Mundo deveriam se unir e revolucionar a Terra, como fizeram os burgueses e revolucionários na França. Os chamados Primeiro e Segundo mundo surgiram de uma interpretação errônea por parte principalmente da mídia, que não entendeu a mensagem de Sauvy. Como consequência disso, hoje, muitos atribuem o nome a chamada “Velha Ordem Mundial”, a divisão geopolítica de poderes e blocos de influência durante o período da Guerra Fria (1945–1989). O “Primeiro Mundo” seria o dos países capitalistas desenvolvidos, enquanto o “Segundo Mundo” seria o dos países socialistas industrializados. Restariam no “Terceiro Mundo” os países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados. Essa ideia surgiu de uma interpretação desatenta das afirmações de Sauvy.

O termo “Terceiro mundo” era a idealização do movimento e “Terceiro-mundismo” trata-se da prática, a primeira expressão de tal termo deu-se durante a reunião de países asiáticos e africanos que se emanciparam da colonização europeia, em abril de 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia. É a partir dessa denominação que esses países, considerados pobres e com sérios problemas sociais como a violência, a miséria extrema e a

corrupção, buscaram chamar a atenção do mundo inteiro. Porém, englobava muitos países, assim havia divergência de interesses. As divergências internas impediam a tomada de posições mais nítidas e começou a ser articulado o Movimento dos Países Não-Alinhados. A conferência de fundação desse movimento se realizou em Belgrado (Conferência de Belgrado-1960). No entanto, muitos desses países acabaram depois cobiçados por forças políticas e sociais ligadas a cada uma das duas facções da Guerra Fria, a capitalista e a comunista.

A articulação do terceiro-mundismo sofreu os primeiros golpes com a aproximação entre a China e os Estados Unidos, a partir de 1972, e com a crise do pan-arabismo, alguns anos depois. Na década de 1980, as crises econômicas e financeiras que abalaram a América Latina esvaziaram as políticas de desenvolvimento nacional autônomo, contribuindo para enfraquecer ainda mais o Movimento dos Países Não-Alinhados. —

Wikipedia

Interessante, portanto notar como seja na relação bilateral entre a Cuba e Brasil, ou trilateral entre Coreia do Norte, Polônia e Dinamarca, sem uma grande potencia socialista como a União Soviética a categorias fazem mais sentido pelo menos até ontem.

Potenciais capitalistas que centralizam a geopolítica e seus aliados mais desenvolvidos leia-se o bloco dos mais capitalizados.

Países periféricos em desenvolvimento porém ainda satélites do capitalismo, leia-se descapitalizados e desesperados por investimentos de fundos de capital internacional sabidamente concentrados nesses países de primeiro mundo e seus respectivos paraísos fiscais. (Eis aqui uma boa definição de micro-nações de outro mundo que não são nenhuma

fantasia, principados, grão-ducados e protetorados, que funcionam na prática como verdadeiros Estados-Bancos, um território jurídico para transações, muitas delas inclusive as ilegais.)

E enfim os países também periféricos, subdesenvolvidos, porém órfãos do seu centro de poder, ou antiga metrópole que financiava seus regimes não raro ditatoriais que tiveram que se virar como podiam e o que tinham para tentar se preservar seus regimes, leia-se manter-se no poder. Seja fazendo pequenas aberturas econômicas. Seja fazendo alianças com governos ideologicamente mais alinhados que embora não fossem capitalizados como os de primeiro mundo, estariam dispostos a fazer negócios na posição de capitalistas como eles.

Hoje com a ascensão econômica da China e a relativa recuperação da Rússia como potencia militar capaz de negociar os termos dos seus tratados sobre os negócios mais primitivos da humanidade com, digamos, argumentos bem mais modernos, sofisticados e definitivamente mais dissuasivos do que por exemplo uma Coreia do Norte, esse cenário internacional está em plena transformação ou mais precisamente disputa e reorganização com toda tensão e perigos inerentes. Só para ter uma ideia do tamanho do pepino internacional no qual a América Latina é mais teatro de operações e não ator, basta olhar para a infelicidade de outro nação vizinha que passa por uma das maiores crises humanitárias da atualidade com risco de guerra civil, golpe ou embora ainda remota, mas não mais tanto quanto ontem e menos que amanhã de palco de um intervenção internacional armada- outro eufemismo para uma guerra não declaradas entre potenciais. como acontecia na Guerra Fria, não deixou após, e novamente voltou a escalar com os conflitos no Oriente Médio, onde a Síria foi destroçada por esses predadores e seus respectivos cães de guerra, exércitos regulares, mercenários, terroristas, ditadores fantoches, e “revolucionários” projetos de ditadores de estimação do

outro bloco. Na Venezuela, como Síria, embora com origem históricas distintas o povo tem no poder o mesmo tipo de governo e classe governante, reis ou caudilhos, não importa, ditaduras dispostas a cometer qualquer atrocidade para se manter no poder e com suficiente cobertura externa e interna. Mas o seu próprio governo e governante são só uma parte do problema. Só no caso da Venezuela- para não fugir, nem alongar demais o exemplo: o petróleo bruto no qual toda a economia gira é vendido para as refinarias norte-americanas; Rússia e principalmente China vem emprestando, comprando e instalando empresas claro de exploração de petróleo, de modo que a dívida soberana pertence a fundos de capital chineses e o parque industrial a Rússia. De quebra o ouro, ou melhor o que resta do ouro Venezuelano que está depositado nos cofres da Rainha da Inglaterra, foi bloqueado. É deles, mas não podem sacá-lo, e uma vez sacado fica com “eles”, venezuelanos, mas com seus tiranos.

A Venezuela é o exemplo extremo, das forças que constituem esse jogos de poder externo que não deixam jamais de penetrar até a alma das nações, e que podem simplesmente despedaçá-las, principalmente quanto mais a cabeça que estiver no comando desse corpo estatal não entender que a lógica da geopolítica internacional é como a lógica de um presídio dominado por facções quem não pertence a nenhuma delas, mesmo como a bechnigga, não está em paz, está morto. E não adianta achar que a direção do presidio vai intervir e proteger, porque ela não existe, ou melhor até existe, mas a cúpula é compostas pelos integrantes destas facções.

Para quem entendeu a metáfora sabe que estou falando da ONU. Um órgão fadado a falhar como falhou as Ligas das Nações, pelo simples fato lógico de que é composto por integrantes de corporações cujo mal que se propõe a por enfrentar são justamente o negócio que os sustenta e a razão constituinte: a exploração das nações as próprias e as alheias pelo

monopólio e supremacia da violência, não por acaso a própria definição desses aparelhos: o Estado. De tal modo que esse união mais serve para passar a impressão de concórdia em tempos e lugares de interesses convergentes das grandes potenciais do que propriamente resolver as disputas e por fim discórdias das mesmas, que dirá fornecer qualquer proteção jurídica internacional (de fato) aos demais Estados-Nações frente aos interesses dessas potencias, ou mesmo aos interesses de seus próprios tiranos quando aliados a estes contra seus próprias nações enquanto de fato nações, ou seja, povos.

De tal modo que os blocos e zonas de influência geopolítica, que nunca deixaram de ser determinadas por questões estratégicas militares de geografia, política e economia nem antes nem após o fim da Segunda Guerra Mundial, voltam a ser preponderantemente determinadas por mais por essas tomada de posição estratégicas de defesa do que laços diplomáticos, incluso no que se refere as relações comerciais. E seja na relação trilateral do exemplo, seja na relação bilateral Cuba-Brasil, estamos falando de comercio entre estado-nações a vender e comprar o bens e serviços incluso os humanos como commodities intermediado por suas corporações e fundos, dentro de um mercado estado-privado internacional onde os estatutos nacionais de direitos humanos e trabalhistas funcionam como mero entrave burocrático ou (a falta ou precariedade deles) como subsídios e incentivos fiscais. Um procedimento que como um todo na prática funciona como lei de zoneamento internacional do capitalismo, ou rigorosamente o conjunto dos códex e estatutos que compõe a chamada ordem global, mas pode chamar de divisão geopolítica internacional do capital e trabalho. No qual as diferenças de proteção e regulação definem não o que é legal ou não, mas literalmente quem pode e não pode fazer o quê e exatamente onde. Existem por exemplo países onde é permite caçar certos animais em lugares e períodos determinados. Existem países onde é permitido fazê-lo em qualquer tempo e lugar, e outros ainda que simplesmente não existe

necessidade de permissão, porque não existe regulação. Ou seja mesmo quando a lei de uma Estado-Nação criminalize as práticas em si, e não meramente a falta de licença ou autoridade ou ainda da prática liberada em tempo e lugar adequados. Há sempre espaço para maquiagem as práticas enquadrando-as simbolicamente terminologicamente dentro das suas regulações de modo que as mesmas práticas e negócios permanecem (e prevalecem) descaradamente como sempre fizeram, apenas tornando alterando suas procedimentos e denominações. O Japão caça baleias, mas sob a denominação e licença da bandeira não da pirataria mas da pesquisa científica. Megacorporações estado-privadas caçam trabalho escravo e recursos naturais, não sob a bandeiras corsárias, mas de fundos e empresas voltadas ao “desenvolvimento e crescimento econômico”. Ou seja, os direitos universais não existem fora do papel ou o protocolo de intenções que a declaração de 1948. A engenharia jurídica estatal permanece e prevalece em esquemas e sistemas bem mais sofisticados, mas em essência perseguindo os mesmas finalidades através dos mesmos meios, a contornar os quaisquer princípios. Maquiavel explica.

Voltemos então ao exemplo. Cada Estado entra nesse negócio com o que tem para lucrar. O governo da Dinamarca entra com o capital. O da Polônia como a terra de ninguém e o Coréia do Norte com os escravos. Os 3 saem ganhando. Polônia e Coreia money. Dinamarca seu navio de guerra moderno a preço de banana. Mas se os 3 saem ganhando quem saiu perdendo? As 3 sociedades e o mundo. O povo coreano que permanece numa ditadura que mantém sua população como besta de carga num território explicitamente funcionando como campo de concentração de trabalhadores prisioneiros, um gigantesco gueto. O povo polonês, que compete com o trabalho escravo, e precarização do seus direitos em um território cuja lei e jurisdição é flexibilizada para acomodar os interesses desse capital. E o povo dinamarquês que banca com seus impostos, não só o lucros de um complexo militar-industrial, cujos custos internacionais sociais e humanitários cada dia menos se

externalizam, mas pelo contrário retornam em forma de crises de refugiados.

Um dos maiores erros de calculo político está embarcar na propaganda estatal de que os Estado são a mesma coisa que a Nação, quando na verdade sequer sequer seus interesses são os mesmos. A Nação é formada pelos povo ou os povos que conseguem conviver pacificamente num mesma terra. O Estado é o aparelho militar-jurídico-policia-administrativo que vende (e cobra compulsoriamente) a proteção desse território, num negócio armado que não admite concorrência. E que só não são engolidos por Estados-Nações concorrentes mais poderosos não por qualquer questão de princípios, mas de custo e benefício. O quanto dentro de uma arranjo internacional a relativa autonomia geopolítica de um Estado-Nação provinciano devidamente alinhado ou fantoche é um arranjo muito mais barato e lucrativo do que o controle via ocupação e conquista e colonização no old style. De modo que se nestes cálculos de custos e benefícios, o Estado-Nação em questão tenha muito a ser pilhado, mas pouca força para impor custos a essa pilhagem, ele não vai capitular e já capitulou, ou nem se levantou, e vai ser pilhado ou continuar sendo, lenta e pacificamente com a anuência dos seus próprio aparelho estatal ou ser arrebatado incluso como Estado falido mas como sociedade e nação se necessário for ao “progresso da civilização”. A ordem internacional pode mudar de atores, mas a trama ou a lei do velho oeste permanece a mesma: quem tem armas carregadas fica com o tesouro, quem não cava, paga tributos e vassalagem (moderna, é claro).

O mesmo vale para o caso de Cuba-Brasil nos mais médicos. Senão os cubanos quem cava? E quem serão no final das contas a ficar com o tesouro. Porque não se iludam. Seja na divisão domestica ou internacional da divisão internacional do capital e trabalho, alguém vai fazer o papel do escravo e alguém vai levar o butim, porque essa

máquinas simplesmente não se move suas engrenagens sem ganhos, e nem colocam os seus protegidos para fazer os serviços que não fariam sem subsídios ou coerção.

Duas propostas para a substituição dessa mão-de-obra, explicitam o dilema dos sistemas de exploração.

A militarização do serviço. Que não precisa de maiores explicações já que a recusa em assumir a missão implica em punição.

E o emprego de médicos hoje endividados pelo FIES. No fundo a troca de um modelo de exploração de uma condição de vulnerabilidade por outra. Pois se antes nosso sistema de saúde pública empregava o trabalho de mão-de-obra em condições que seriam classificadas como escravidão, ao menos para médicos e não lavradores de um latifúndio disfarçado de agronegócio, agora, segundo essa proposta exploraríamos as dívidas de quem não herdou as condições de financiar sua formação para obter por outros meios, alguém fazendo um trabalho num lugar que não o faria se tivesse a opção. Retire esse elemento, ou por exemplo, o desemprego, e a relação de oferta e procura se desequilibra num verdadeiro livre-mercado. Ou seja, retire as vulnerabilidades inerentes ao subdesenvolvimento e a indústria estatal e privada inerente a esses territórios de exploração na melhor hipótese oportunista da pobreza e carestia, na pior, que a sustenta para manter esse negócio, e você terá um dilema paradoxal de países desenvolvidos, shitjobs e uma população com formação sobrando, porém que não está disposta a fazer esses trabalhos, nem tão pouco nasceu em um território ou em famílias tão carentes que precise pegar o que tem se quiser sobreviver, de modo, que ao mesmo tempo que odeiam os migrantes, precisam deles para fazer o trabalho escravo que ninguém quer e que sem eles teriam pelas leis de oferta e

procura pagar um preço que inviabilizaria a acumulação de riquezas, ou se preferir a própria exploração do trabalho que ainda para gerá-la.

Como se sabe, não existe em economia um preço justo por nada, existe o quanto um precisa de algo e quanto outro está disposto a pagar para tê-lo. A base da dominação político-econômica deter os meios vitais e de produção de modo quem precise sobreviver tenha que trabalhar para seus donos de acordo com seus termos. Porém numa sociedade onde não existem miseráveis, há de fabricá-los ou importá-los ou ela quebra, porque ninguém vai limpar a latrina de ninguém, a não ser por um preço bem caro, de modo que o lixeiro, ou qualquer trabalhador teria que receber uma paga enorme para fazer por interesse pecuniário e que só se sujeita a fazer por migalhas o que não muitos não fariam nem por fortuna se não fosse por carestia. A menos que você acredite como utopistas dos falanstérios que há vocação que possa ser dirigida Charles Fouier, desde do protopsicopata a matar até sadomasoquista, porque haja doutrinação e amestramento desde a infância para fazer uma criança querer limpar a bosta dos outros quando crescer como sonho de alguém.

O que acontecesse então quando se elimina o subsidio ao trabalho escravo? Como bem observou Darwin em suas viagem para o Brasil, a sociedade passa a ter mais estímulos para encontrar soluções mais inteligentes como a roda ao invés do lombo alheio como besta de carga, por exemplo. Desenvolvem-se tecnologias que dispensam o emprego de seres humanos ou outros seres vivos para sua execução. O que em lugares onde todos tem o sustento garantido e claro supostamente a condição de adquirir essas máquinas ou pagar por seus serviços se constitui como promessa de emancipação da exploração do homem pelo homem, e em lugares onde as pessoas não nenhum capital para sobreviver sem vender seus trabalho em troca de obediência cega ou dívidas e contas eternas, a promessa inversa: de extinção da sua pessoa natural junto com emprego e

sua própria função socioeconômica obsoleta que virou lixo. Ou seja a promessa de falta até mesmo dos mais indignificantes trabalhos, dito escravos, para poder sobreviver num mundo onde não possui nada, nem de natural nem artificial, e o que possui sua força de trabalho já não vale nada, porque mesmo vendida o mais barato possível, ou seja como escrava, ainda sim, é mais cara, é o custo maior que simplesmente se livrar do seu emprego como a automação dos processos.

Considerando, portanto, que:

a. a automação desse trabalho com a substituição dessa mão-de-obra altamente especializada ainda não é uma realidade para o ano que vem, especialmente nos grotões do mundo;

b.o Brasil não vive a realidade de um país desenvolvido onde é preciso importar mão-de-obra barata disposta a pegar os postos de trabalho que a nativa não quer e tem condições de viver sem precisar assumir, mas pelo contrário mesmo no que concerne a mão-de-obra especializada, como médicos, há um bom exercito de reserva que precisa do emprego para pagar suas contas não importa onde nem qual. Mas a pergunta é, quantos e por quanto tempo?

O problema é matematicamente o seguinte: médicos vocacionados que sonham em trabalhar nos grotões do Brasil fora, porque são o desvio padrão, faça o seguinte cálculo: quantos são os médicos brasileiros nativos dispostos a de fato a assumir o compromisso de ocupar esse posto de trabalho e fazê-lo por tempo suficiente? Ou em outras palavras quanto seria preciso pagar para mobilizar x profissionais? Ou pagando-se, quanto profissionais nativos poderiam se interessar em assumir o emprego? O tamanho do mercado em potencial de trabalhadores

interessados em assumir esse emprego se define portanto supostamente pelo valor que tem seus serviços para quem paga versus o valor desse pagamento para quem supostamente o recebe e determina sua execução que não é absoluto, mas subjetivo. E se digo supostamente é porque essa equação na prática não é tão simples quanto faz parecer a teoria da oferta e procura ou o valor marginal, porque somado a esses fatores temos outros mais sórdidos, já que não operamos em nenhum dos casos dentro de um sistema socioeconômico livre perfeito, ou seja, perfeitamente livre da coerção, imposição e exploração.

Suponha que não houvesse leis de nenhuma espécie a regular essa negociações e que todas a relação de trabalho inclusive a dos médicos fosse definida pura e simplesmente pela anuência das partes e tão somente por elas sem a intervenção ou intermediação de nenhum terceiro com poder coercitivo legal ou ilegal, qual seria em geral o valor a ser pago?

Bem para começo de conversa, nessa experiencia mental, pois é um mundo que não existe, cada empregado e empregador negociaria seu contrato sem nenhum teto, nem chão. Não havendo portanto nenhuma coerção estabelecendo que um deve contratar nem que outro deve prestar os serviços, nem uma definição de quanto deva ser a pago, ou mesmo que deve ser pago ou cobrado um valor fixo, tudo o que vai determinar esse contrato seriam a vontade das partes mediante as condições de cada um, ou seja seus respectivas desejos e necessidades, disponibilidade tanto de outros empregados quanto empregadores dentro desse mercado. É claro que dentro desse tanto empregados ou empregadores podem se associar livremente para negociar em conjunto suas termos, mas novamente na medida que ninguém poderia recorrer a violência legal para impor a adesão ou saída desta ou daquele contrato, o fator elementar para a formação dos contratos inclusive os associativos continua sendo o

mesmo, o competitivo, ou a competição entre termos e propostas dessa negociação.

Como disse esse é um mundo teórico imaginário, não existe por duas razões, a primeira simples, basta um elemento ou grupo violento devidamente melhor armado sacar uma arma e colocar em cima da mesa para não só desequilibrar os termos deste ou daquele contrato, mas iniciar a disputa pelos mercado do outro negócio sem o qual não existem esses mercados enquanto espaço real , o negócio dos estados, protoestados e máfias, a venda de proteção territorial desses mercados, que notadamente só existem porque uma lei tácita obedecida e feita se obedecer: é proibido usar da violência ou ameaça para fazer seus negócios ou fazer cumprir seus termos, salvo é claro a evidente exceção que constitui o território desse “livre” mercado, o monopólio da violência que o prove, o Estado- este não só tem a licença, mas precisa segundo seus próprios interesses enquanto corporação fazer o uso da coerção, ou literalmente perde seu monopólio e clientes (em todos os sentidos da palavra).

Mas essa é só a primeira razão. A segunda é mais importante já que essa fase primitiva da civilização poderia ser superada, porque é inclusive uma das causas da primeira nunca se tornar obsoleta. A segunda razão desse modelo imaginário não ser aplicado é bem simples. Não funciona, nem mesmo se todos por um milagre todos os indivíduos vivos e que os viessem a nascer, se tornassem incapazes de cometer atos de violação ou violência. O que é impossível não só pela natureza da vida, ou das probabilidades inerentes a própria liberdade cuja supressão das possibilidades é a própria supressão do que caracteriza esse fenômeno chamado vida, mas pelo fato que mesmo se fossemos laranjas mecânicas ainda sim cometeríamos violência e violações involuntárias a menos que ao invés de mais impotentes viéssemos a nos tornar não onipotentes mas

absolutamente invulneráveis. Em outras palavras, esse modelo não funcionaria porque não só somos todos vulneráveis, como eventualmente uns são e estão mais vulneráveis que e aos outros.

Voltemo-nos então a questão, dentro desse modelo imaginário, de quanto seria a paga necessária a um trabalhador, no caso um médico para exercer uma determinada função. Suponhamos dois casos distintos um onde só um médico ou grupo de médicos associados, conheça, a cura, remédio ou tratamento de uma doença que sem tratamento é fatal, sem tratamento quase todas são até a diarreia. E outros tantos médicos associados ou não que saibam tratar com sucesso a maioria das doenças, mas não esta em especial. Quanto nesse universo cada grupo de médicos poderiam cobrar pela cura? Bem, considerando que isso caberia exclusivamente aos interesses e valores deles, já que ninguém poderia subtrair nem essa propriedade nem trabalho a força deles, o quanto bem entendessem de quem bem quisesse. Poderiam tratar só o mais ricos cobrando tudo o que eles pudessem pagar, já que ninguém mais senão eles poderia fazê-lo, poderiam pedir mais que riquezas de quem não pudesse pagar, mas dividas a perdurar por gerações, ou ainda aceitar serviços em troca, sem precisar pagar nada, ou pagando tanto faz, já que na contabilidade, o resultado é o mesmo, servidão, já que nenhuma das outras partes ricas ou pobres, conseguiriam sobreviver sem seus serviços. Em outras palavras teriam por conta de circunstancias especiais, uma doença, a falta de concorrência ou monopólio do necessário a sobrevivência do outro, nada mais nada menos que o poder.

E outro grupo? Bem o outro grupo não possuindo um conhecimento absolutamente exclusivo, nem secreto. Mesmo que não organizados coletivamente para que ninguém aceitasse fazer os serviços por um montante abaixo de determinado valor, ainda sim poderiam ser substituído por pessoas a serem treinadas que por esse montante fariam

esse serviço senão pelo que o valor representa em ganho, pela mesma razão que as pessoas se submetem aos termos do primeiro grupo de médico, porque precisam sobreviver. Ou seja, nesse caso, a espada da carestia não está na cabeça e não da outra parte, dele tanto a formação quanto o próprio exercício da função são regidos preponderantemente pela carestia suas necessidades particulares e não a demanda pelos seus serviços. Ou em outras palavras, não só quanto mais miserável ou endividado estiverem alguns desses profissional mais barato ele irá aceitar o emprego. Quanto mais colegas de profissão forem miseráveis ou estiverem desesperados, mais o valor de mercado do seu trabalho vai cair, e ele vai ter que vender seus serviços ao mesmo preço ou ainda a um preço menor se não quiser ficar nas mesmas condições, supondo é claro que viva da renda do seu trabalho e não de outros capitais ou propriedades. Ou descubra talvez que lavar pratos em uma sociedade mais rica e menos desigual pague mais, mesmo ele não sendo sequer como cidadão ou as vezes como gente.

Notem contudo que os dois exemplos podem ser reduzidos a um mesmo. Porque rigorosamente o primeiro grupo de médicos, não estão submetidos a fatores distintos, mas estritamente aos mesmos em diferentes graus de condições e circunstancias. Na verdade a condição ainda é a mesma, pois calculando friamente, mesmo com a posse de um conhecimento enquanto bem e serviço exclusivo que devido as circunstancias se ele não disponibilizar os clientes em potencial vão morrer, se esses clientes em potencial seja enquanto sociedade, estado ou simplesmente oligarquias não só extremamente ricas, mas estrategicamente posicionadas na posse de bens comuns vitais e ambientais absolutamente essenciais também a sua subsistência, eles seja como grupo ou individuo se não possuírem meios suficientes para manter a suas exigências por mais tempo que entrarão em carestia não terão jamais condições de impor suas demandas a quem quer que detenha de fato esse posse e poder. Ou em termos mais claros, a doença que eles tem

a cura, precisa matar mais rápido que a privação de comida, água, teto, enfim aquelas coisas básicas. De modo o que as pessoas chamam de livre mercado é muito mais parecido com uma guerra de cerco eterna onde ninguém dispara uma bala ou flecha, mas cai ou perece, o grupo que tiver menos recursos disponíveis que carece e outro controla.

Evidente que não é assim, que as coisas procedem nem terminam, não só porque nem todos se comportam como piscopatas, a ética muito embora queiram reduzi-la a tanto não é um mero produto da doutrinação e amestramento, mas muito pelo contrário do instinto gregário e comportamento solidário natural, que quando insuficiente não termina em cálculos teóricos, mas em guerras, de modo que quando a pressão da privação de uma lados do cerco atinge esses graus de violação e violência contra a a dignidade do outro, ou um lado já pegou em armas para sustentar sua tirania criminosa, ou o outro para derrubá-los, quando não ambos.

Notem a questão do conflito entre empregados e empregadores, não é um um mero contrato entre prestadores de serviço e clientes consumidores, mas de fato entre quem tem a posse do que é mais vital ou capital, e quem não o tem, ou não o tem o bastante para sustentar seus interesses seja como ócio ou negócio pelo tempo relativo que for necessário.

Greves de trabalhadores ou boicotes de consumidores mesmo as bem organizadas, ou aquelas as quais a outra parte não tem recursos suficientes para reprimir ou coagir sistematicamente uma quantidade enorme de pessoas, podem não funcionar e desmobilizar por uma razão bem mais simples e fundamental, sem sequer a outra parte partir para a agressão: a falta de recursos vitais ou estratégicos, mas pode chamar simplesmente de privação. O motor principal dos nossos sistemas socioeconômicos coercitivos, que seja no socialismo ou capitalismo passam

ao largo dos princípios da livre associação, consensualidade ou não-violência. O porrete para o teimoso e cenoura amarrada na frente do burro que não tem pasto ainda são os maiores “incentivos” ao progresso das bestas de cargas da civilização- na prática uma negação dos termos progresso e civilização.

O que se denomina portanto como o campo da Economia, assim como a política também é uma guerra feita com outras armas, o campo para um outro tipo de guerra a de cercos, ou se preferir encercamentos, onde quem detêm e consegue manter os recursos vitais e estratégicos, o dito capital, não só preserva sua posição como só precisa tempo para dominar não só a posição e recursos do outro, mas através deles o outro, reduzido agora a parte de seu capital, na exata medida que da sua capacidade de prever e controlar seu comportamento como mero recurso... humano.

O conceito de capital, é fundamental para entender essa guerra econômica e todas as suas diferentes fases do capitalismo, marcadas pela preponderância de um determinada forma de capital sobre as demais enquanto fator determinante ou precisamente qual recurso estratégico dentro da conjuntura se faz o mais decisivo a fixação dos domínios dentro desta somatória de variáveis que não se anulam, mas se sobrepõe como mais prevalentes uma sobre outras. Se outrora a posse dos recursos naturais, em especial o espaço natural sob o qual estes estão assentados, o território tanto como posse política e econômico foi o fator determinante para a vitória e hegemonia nessa guerra da economia. E embora jamais deixe de sê-lo não enquanto os seres que disputam o poder, não forem etéreos ou tiverem fontes de matéria-prima e logo energia infinitas para suprir suas necessidades, a começar pelas fisiológicas mais básicas, esses recursos vitais e logo estratégico, como capital, deixaram de ser conforme a economia se tornou mais complexa, ou se preferir conforme as técnicas e tecnologias empregadas nessa outra arte da guerra foram aperfeiçoadas,

como o são todas, em campo de batalha, ou seja na prática. A posse da terra neste sentido, ou seja enquanto capital, já enquanto transformada por instrumento tanto conceituais e simbólicos quanto aplicados e concretos, já um artifício e não mais um simples recurso, o capital nessa fase não é o a terra em seu estado bruto e natural , mas a o artificial, enquanto propriedade vista e trabalhada de outra forma de acordo com a codificação que a caracteriza como programação dentro desse sistema.

Neste processo constante progresso civilizatório, ou seja de avanço e ocupação e dominação de uma forma de organização povos humanos sobre outras espécies e claro populações humanas, a complexidade das concepções técnicas que compõe essa estratégia “evolutiva” baseada em dominação e alienação do homem pelo homem, são aperfeiçoadas de modo que o capital enquanto posse dos meios vitais e ambientais, posse da terra, sem deixar de ser por óbvio absolutamente imprescindível enquanto vital deixa de ser determinante enquanto posse e domínio estratégico para outras formas mais artificiais do capital tanto como o meio-de-produção em si quanto seu conhecimento. Assim, se a posse da terra como propriedade não deixa de ser em todas as suas variantes de concepção, definição, e codificação que a instituem e institucionalizam um artifício fruto da industria humana, essa industria enquanto produção dos meios tudo que é estratégico para a dominação passa a ter mais importância e preponderância enquanto capital do que o próprio recurso natural, reduzido portanto a mera matéria-prima para alimentar a máquina nesse nova fase.

A concepção e posse de outros recursos como ferramentas e artifícios simbólico-tecnológicos passa portanto a ter mais preponderância estratégica a dominação dentro dessa guerra de cercos do que o próprios seres e coisas, incluso as pessoas encercados e reduzidos conceitual-aplicada a mera função desse processo como mão-de-obra ou matéria-

prima. De modo que se a numa fase subsequente do capitalismo a indústria, a fábrica, a posse de complexos-industriais, incluso é claro os militares se consolida como o fator determinante da supremacia nisto que se convencionou chamar de riquezas das nações. E não só o fez pelo capital acumulado na fase anterior de exploração mais primitiva dos outros seres humanos, através da colonização e escravidão em sua acepção clássica, dos livros de história, homens e mulheres sequestrados tratados e traficados vendidos como animais, sem nenhum direito de propriedade não só para os meios necessários a sua sobrevivência, mas sobre seus próprios corpos presos em correntes e açoitados por chibatadas literais, e não outros subterfúgios mais “civilizados” como dívidas, ou privações. Não só se fez pela acumulação do capital através desse método de exploração e pilhagem via estabelecimento de colônias como se fez pela redução e alienação dessas formas de vida e seus meios vitais e ambientais a objetos de emprego e posse regidos pela abstração do ser em coisa ou mero instrumento e extensão dos meios de produção do capital.

Esse processo de transformação ou conversão dos capitais “deu” a indústria a preponderância como capital e arma estratégica nessa guerra econômica e entre economias nacionais, e marcou corretamente outra fase passada do capitalismo, a industrial. Novamente a indústria, assim como a terra, e posse e controle da mão-de-obra, seja na condição de escravo clássico ou assalariado, não perdeu sua importância, mas vai perdendo sua preponderância estratégica na medida que o transporte, a comunicação e o comércio necessários a seu funcionamento são aprimorados e se expandem para atender suas demandas. Neste processo histórico a posse dos meios de comunicação e informação ganha suma importância, mas não tanto quanto outros meios de intermediação absolutamente necessários ao funcionamento do sistema, que não por acaso passa a se chamar financeiro e monetário. A posse dos meios de provisão intermediação dos negócios, não o dinheiro, mas o controle, a

posse dos meios de troca, se torna o mais valioso e estratégico capital na fase financeira do capitalismo.

E eis que finalmente, chegamos ao presente momento que estamos vivendo estamos em plena de transição do capitalismo financeiro para o informacional. Ou seja, a terra, a indústria, o comércio, os meios de (tele)comunicação, não deixaram de compor os fatores determinantes da domínio e hegemonia, mas perderam o posto de fator determinante para o conhecimento tanto como propriedade intelectual ou conceitual como todos os meios concretos da sua transmissão e reprodução dentro desse novo complexo da industrial, a indústria da informação, a mais rica e avançada e logo poderosa forma de capital enquanto principal arma estratégica nessa guerra da econômica, e assim como todas as outras formas de capital também arma nas outras guerras.

O conhecimento em sua forma mais simples como posse de dados ou informação ou complexa como posse e desenvolvimento posse das propriedades e faculdades necessários a sua produção e transmissão sempre tiveram um papel importante e crescente como capital, mas nunca até então foram o capital, o fator determinante e diferencial da riqueza e poder dentro do sistema, ou em outras palavras a posição que uma vez tomada dentro do campo da economia permite o controle subsequente de todas as demais posições. Algo que evidentemente ocorre pela própria não só pela dependência de todas as demais formas do capital, do agrícola ao industrial e financeiro para se reproduzir competitivamente, mas pelo fato de que a própria forma mais primitiva e essencial do capital, a natural, também se torna igualmente cada dia mais dependente desse capital, o conhecimento na forma de posse e usufruto de informação para sobreviver e logo os seres vivos incluso humanos, idem, e de preferência livres e não como robôs ou escravos.